

Percepção e conhecimento dos universitários sobre o Programa Bolsa Família

Kelmara Mendes Vieira¹
Luana Santos Fraga²
Ani Caroline Grigion Potrich³
Luis Felipe de Oliveira Santos⁴
Gabrielli Fonseca de Moraes⁵
Letielle Martins Giacomelli⁶

Recebido em 16 de março 2016
Aprovado em 13 de abril de 2016

DOI: 10.18829/rp3.v0i1.18208

RESUMO

Considerando a ampla divulgação do Programa Bolsa Família (PBF) na mídia e a importância do mesmo para grande parcela da população, torna-se interessante saber a receptividade do programa pela sociedade. Diante disso, o objetivo deste trabalho é identificar a percepção e conhecimento dos universitários sobre o Programa Bolsa Família e avaliar a influência das variáveis socioeconômicas sobre o conhecimento e a percepção a respeito do mesmo. Para isso, realizou-se uma pesquisa com alunos do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. A análise dos dados se deu pelo software SPSS por meio da estatística descritiva e multivariada. Os principais resultados revelam que os entrevistados acreditam que o programa possibilita a melhoria das condições de consumo dos beneficiários. No entanto, discordam quanto à ampliação do PBF e consideram que os recursos deste programa são geridos indevidamente, tanto pelo Governo Federal quanto pelas famílias beneficiárias. Quanto ao conhecimento do PBF, os resultados demonstram que os estudantes entrevistados possuem um baixo nível de conhecimento sobre o programa. Ressalta-se também que, conforme aumenta o nível de renda familiar dos indivíduos, pioram as suas percepções acerca do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Percepção. Conhecimento.

ABSTRACT

¹ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: kelmara@terra.com.br

² Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: luana.fraga92@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: anipotrich@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: luis-fos@hotmail.com

⁵ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: gabifmoraiss@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: etiellegiacomelli@hotmail.com

Considering the wide dissemination of the Bolsa Familiar Program (FBP) in the media and the importance of the same for a large portion of the population, it is interesting to know the receptivity of the program by the company. Therefore, the objective of this work is to identify the perception and knowledge of university students on the Bolsa Familiar Program and evaluate the influence of socioeconomic variables on the knowledge and perception about the same. For this reason, the research was conducted with students from the Federal University of Santa Maria. The data analysis was done by SPSS software by means of descriptive statistics and multivariate analysis. The main results show that the respondents believe that the Program makes it possible to improve the conditions of consumption of the beneficiaries. However, disagree as to the extension of the FBP and consider that the features of this Program are managed improperly, both by the Federal Government, and by beneficiary families. As for the knowledge of the FBP, the results show that the students interviewed have a low level of knowledge about the Program. It is also clear that, as it increases the level of family income of individuals, worsen your perceptions about the Bolsa Familiar Program.

Keywords: Bolsa Familia Program. Perception. Knowledge.

1. Introdução

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no final do Século XVIII e início do Século XIX, impulsionou o surgimento do sistema econômico capitalista, ocorrendo alterações no processo produtivo e no contexto social da época. No Brasil, a consolidação desse sistema gerou intensificação da urbanização e consequências amplamente notáveis no contexto nacional (MONTE-MÓR, 2005). Em decorrência dessa evolução, uma grande parcela da população passou a viver em aglomerações, nas chamadas cidades industriais, situação que levou os indivíduos mais carentes a condições de pobreza e até mesmo de miséria (ANTUNES; POCHMANN, 2008).

A partir daí, a pobreza passou a ser vista não mais apenas como um problema individual, mas sim coletivo, fazendo com que houvesse a necessidade de uma maior intervenção pública no sentido de melhorar as condições de vida das pessoas mais pobres (MAGALHÃES, 2001), surgindo como alternativa os programas de transferência de renda. Em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os programas de distribuição de renda já existentes. O Programa Bolsa Família, caracterizado como um programa de transferência condicionada de renda, tem como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras em miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almeja estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série, por meio de condicionalidades. Assim, pretende-se contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (CAMPELLO, 2013).

Buscando atingir os objetivos do PBF, foram investidos cerca de R\$ 126,8 bilhões nos seus dez anos de existência, o que representa cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo que, apenas no último ano, foram repassados R\$ 24,8 bilhões. Atualmente, o PBF beneficia 14,1 milhões de famílias no país, o que equivale a 50 milhões de pessoas, com o valor do benefício médio de R\$ 149,76 (DATA SOCIAL, 2014). Porém, apesar da grande amplitude do programa e do contingente populacional atingido, a população brasileira, e até mesmo muitas famílias beneficiárias não possuem um conhecimento adequado sobre o programa (IBASE, 2008; DATAUFF, 2009; SANTOS *et al.*, 2011). Já em relação à percepção quanto ao PBF, as pesquisas já realizadas são divergentes. Alguns autores apontam uma visão positiva sobre o programa, acreditando que há uma contribuição efetiva do PBF para a redução da pobreza e da desigualdade (MARQUES *et al.*, 2010; SOUZA, 2011; ANCOCHEA; MATTEI, 2011; HUNTER; SUGIYAMA, 2009); e outros, de forma negativa, abordando a questão de que o foco do PBF é muito restrito (BICHIR, 2010; GRISOTTI; GELINSKI, 2010).

Assim, dada a amplitude do PBF e a importância do mesmo para grande parcela da população, torna-se de interesse saber a receptividade do programa pela sociedade, de forma especial, nos universitários, os quais estão iniciando suas vidas profissionais e formando suas percepções acerca da sociedade em que estão inseridos. Para tal, esta pesquisa se desenvolveu por meio dos seguintes objetivos: i) identificar o nível de conhecimento das pessoas sobre o PBF; ii) analisar a percepção que as pessoas possuem sobre o PBF; e iii) avaliar a influência das variáveis socioeconômicas sobre a percepção a respeito do PBF. Dentre as principais contribuições, destaca-se uma maior compreensão da maneira com que os estudantes percebem o PBF e o conhecimento que estes possuem sobre o assunto.

2. Referencial teórico

2.1 Programa Bolsa-Família

Fundado em 2003, o Programa Bolsa Família tem como objetivo central combater a fome e a miséria, além de promover a emancipação das famílias mais pobres do país e o acesso a serviços públicos básicos (SANTANA, 2007). O órgão responsável pela transferência dos recursos é o Governo Federal, porém o programa é gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os estados e municípios, sendo das prefeituras a responsabilidade de cadastrar as famílias e atualizar a base de dados do cadastro único (WEISSHEIMER, 2006). É, no entanto, compromisso das famílias beneficiárias o cumprimento das condicionalidades do programa para garantir o recebimento do benefício.

As condicionalidades se referem a compromissos assumidos nas áreas da educação e saúde. Na área da educação, as exigências são a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e frequência mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Na área de saúde, é necessário o acompanhamento do calendário de imunização e do estado nutricional e desenvolvimento das crianças de até 7 anos, além do pré-natal das gestantes, de acordo com o calendário mínimo do Ministério da Saúde (MS). Essas condicionalidades asseguram que a transferência não se limite a dar dinheiro às pessoas em vulnerabilidade social, mas também incentiva o uso dos serviços do Estado, como escolas e postos de saúde, permitindo o fortalecimento e a emancipação dessas pessoas na sociedade (MONTEIRO, 2008).

O descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família por parte das famílias gera efeitos gradativos, indo desde uma advertência, passando pelo bloqueio e pela suspensão do benefício, podendo chegar ao seu cancelamento. Para tal, identificam-se as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades e realiza-se um acompanhamento, a fim de que os problemas que geraram o descumprimento possam ser resolvidos (MDS, 2014).

Atualmente, são beneficiadas pelo PBF, 13.940.270 famílias no Brasil, o equivalente a um a cada quatro brasileiros, sendo 1.663.978 no Norte, 6.983.530 no Nordeste, 3.533.950 no Sudeste, 998.196 no Sul e 760.616 no Centro-Oeste. O benefício médio no país é de R\$ 149,76, chegando a R\$ 168,97 no Norte e a R\$ 134,35 no Sul, respectivamente, as maiores e menores médias dos valores dos benefícios nos estados brasileiros.

De posse dessa representatividade, muitos são os estudos que buscam compreender a dinâmica do Programa Bolsa Família, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Ancochea e Mattei (2011) desenvolveram uma pesquisa com o intuito de estender e expandir as discussões acerca da origem, desenvolvimento e impacto do programa. Para isso, os autores consideraram as dimensões políticas e econômicas na avaliação da contribuição do programa para a minimização da pobreza e da desigualdade. Os autores sugerem que para a consolidação de todas essas metas é necessário uma expansão e qualificação nos serviços públicos, juntamente com uma transformação no sistema econômico. Hunter e Sugiyama (2009) relatam que os investimentos do governo brasileiro nesses programas são muito baixos, apenas 2,5% de todos os gastos do governo (0,5% do PIB do Brasil). Para solucionar esse impasse e promover resultados mais efetivos, os autores sugerem maiores investimentos monetários, bem como uma reestruturação sistemática, que permita uma maior qualidade de vida em longo prazo.

Em 2013, foi realizada uma pesquisa do Governo Federal, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominada “Bolsa Família: uma Década de Inclusão e Cidadania”, em que foram avaliados os impactos do programa na sociedade. Em relação à saúde, foi constatado que a mesma vem apresentando resultados relevantes na redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional, assim como o percentual de crianças a completar o calendário de vacinação. Na educação, houve uma redução das taxas de crianças fora da escola, na faixa dos 6 aos 16 anos, sendo que, ao longo dos últimos anos, as taxas de abandono escolar no ensino fundamental e médio foram menores entre os alunos beneficiários que entre os demais alunos da rede pública (CAMPELLO, 2013).

Ainda, os benefícios transferidos para as famílias inclusas no PBF têm permitido diminuir a pobreza, sobretudo a pobreza extrema, constituindo-se uma fonte significativa ou até mesmo a única de renda familiar, levando a uma diminuição da desigualdade de renda no país. Além disso, proporciona um incremento nas economias locais, principalmente naqueles municípios mais pobres, por meio do consumo dessas famílias (RÜCKERT; RABELO, 2013).

Em relação ao valor do benefício, quando da sua criação, o benefício básico destinado a unidades familiares que se encontravam em situação de extrema pobreza era de R\$ 50,00 mensais, sendo concedido a famílias com renda *per capita* de até R\$ 50,00. Já o benefício variável era destinado a unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza e que tivessem em sua composição: gestantes, nutrízes, crianças entre 0 e 12 anos e adolescentes até 15 anos. O valor do benefício mensal era de R\$ 15,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 por família beneficiada, sendo concedido a famílias com renda *per capita* de até R\$100,00.

Em 30 de abril de 2014, o programa passou a atender famílias que tenham renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00 (extrema pobreza) e famílias com renda *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 (pobreza). Os benefícios, que compõem o valor mensal recebido pelas famílias, também tiveram aumento: o Benefício Básico aumentou para R\$ 77,00; o Benefício Variável aumentou para R\$ 35,00; o Benefício Variável Jovem (BVJ) aumentou para R\$ 42,00; e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) teve um aumento caso a caso, pois deverá ser concedido para famílias que, mesmo após receber os demais benefícios do PBF, permaneçam com renda por pessoa de até R\$ 77,00 (MDS, 2014).

2.2 Percepção e conhecimento sobre o Programa Bolsa Família

O termo percepção pode ser definido como o ato ou efeito de perceber. É uma combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto ou alguma coisa, recepção de um estímulo,

faculdade de conhecer independentemente dos sentidos, sensação, intuição, ideia, imagem e representação intelectual, podendo variar de indivíduo para indivíduo (MARIN, 2008).

No que tange ao Programa Bolsa Família, as percepções são tanto positivas quanto negativas. No que se referem às visões negativas, os principais críticos permeiam o foco estabelecido pelo governo, revelando que este é muito restrito, pois os programas de distribuição de renda têm por alvo apenas disponibilizar uma quantia mínima aos considerados pobres ou extremamente pobres, limitando o debate das questões sociais apenas à ótica do gasto social, e não do direito ao acesso a políticas sociais (BICHIR, 2010, p. 122). De maneira análoga, Grisotti e Gelinski (2010) elucidam que a ênfase do PBF no atendimento dessa parte específica da população impede que o governo se dedique a fomentar reformas estruturais permanentes que possam mudar significativamente o padrão de proteção social na sociedade brasileira.

Em contrapartida, existem autores com percepções positivas acerca do programa, como Marques *et al.* (2010), que salientam o fato de o Programa Bolsa Família atender mais de 25% da população. Assim, não se pode dizer que a transferência de renda é realizada somente para uma parcela residual. Além disso, os autores relatam que esta foi a primeira vez que a administração pública reservou uma parte das verbas para a parcela menos favorecida da população. De acordo com Souza (2011), o programa está conseguindo repassar os recursos aos mais pobres, e o Brasil criou uma "tecnologia" que alcança os realmente necessitados e que se deve aproveitar isso com o objetivo de erradicar a pobreza. Autores como Ancochea e Mattei (2011) e Hunter e Sugiyama (2009) destacam que há uma contribuição positiva do PBF para a redução da pobreza e da desigualdade no curto prazo. Todavia, não se pode observar uma melhora substancial, em decorrência do programa, na saúde, educação, pobreza e desigualdade no longo prazo.

No que tange à percepção da população em geral, seria esperado que o Programa Bolsa Família tivesse uma imagem predominantemente negativa junto à população, seja por não concordar com políticas de repasse de dinheiro às pessoas, a partir do princípio de que “não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar”, seja pela perspectiva de que o dinheiro público será desviado por fraudes na inclusão indevida de pessoas, seja pelo incentivo à natalidade para perpetuar o benefício (CASTRO *et al.*, 2009). Porém, muitas pesquisas evidenciam o contrário.

Um estudo realizado a partir de uma amostra de 6.001 entrevistas domiciliares em 214 municípios de 25 unidades da Federação brasileira – a qual incluiu metodologias qualitativas e quantitativas para captar a percepção na sociedade sobre programas federais nas áreas

social, de educação, saúde, infraestrutura, comunicação, segurança e economia – evidenciou que a população reconhece o programa e entende que ele está sendo utilizado de forma adequada, mesmo considerando problemas em sua execução. Notou-se uma importante diferença entre a opinião daqueles que conhecem beneficiários e a daqueles que não conhecem, sendo que os primeiros se manifestaram de forma mais positiva em relação aos resultados e mais cautelosos em relação às críticas (CASTRO *et al.* 2009). Resultados muito semelhantes foram encontrados por Trindade Jr. (2011), ao realizar um estudo sobre a percepção dos moradores de Uruguaiana (RS) acerca do Programa Bolsa Família.

Um estudo realizado por Lavinias (2012) identificou que, quando abordada sobre manter o PBF ou não, mais da metade da população brasileira quer que o Programa Bolsa Família continue, mas também mais de 50% dos brasileiros acreditam que o programa não tira muitas pessoas da pobreza, além de quase 40% achar que os pobres continuam pobres mais por falta de esforço do que de oportunidades.

Se tratando do conhecimento, pode-se encontrar na literatura alguns estudos que avaliaram o conhecimento da população brasileira a respeito do Programa Bolsa Família. Na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008) com famílias beneficiárias do programa, chegou-se à conclusão de que existe um grande desconhecimento das famílias beneficiárias com relação às regras do programa. O mesmo estudo mostra que 74% dos entrevistados disseram não saber o motivo que as famílias beneficiárias recebem valores diferentes.

O estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF, 2009) com o intuito de avaliar as instâncias de controle social do Programa Bolsa Família verificou o desconhecimento parcial dos conselheiros representantes da sociedade civil e do governo nas instâncias de controle social sobre os requisitos para entrada e permanência no PBF. A pesquisa ainda mostra que esse desconhecimento ainda é maior quando diz respeito aos beneficiários, devido à ausência de estratégias continuadas de difusão de informações. As ações limitam-se à coleta de documentos e, em alguns casos, à divulgação de cartilhas para uma população com alta taxa de analfabetismo.

Em relação aos critérios de inclusão no programa, a Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, detectou que mais de 80% dos respondentes sabiam que a elegibilidade ao programa estava relacionada à renda mensal *per capita* no domicílio e à frequência escolar dos filhos. O percentual dos entrevistados que conseguiram apontar corretamente que famílias com renda inferior a R\$

120,00 mensais *per capita* e com filhos entre 0 e 15 anos de idade também eram elegíveis foi de 70%. Além disso, mais de 95% dos respondentes consideravam cumprir os critérios de elegibilidade (BRASIL,2012).

Santos *et al.* (2011), que avaliou o Programa Bolsa Família nas cinco regiões do Brasil, em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano muito baixos, observou que 52% das famílias beneficiárias responderam que conhecem as condicionalidades do programa, demonstrando assim o grande percentual de pessoas (48%) que desconhecem essa norma básica do programa. A pesquisa de Castro *et al.* (2009) também traz conclusões pertinentes a respeito do conhecimento do Programa Bolsa Família na sociedade brasileira, destacando-se que o conhecimento de beneficiários atua positivamente sobre a percepção geral e que isso indica que a maior informação sobre o Bolsa Família contribui para melhorar a sua imagem.

3. Método

O estudo considerou como universo de pesquisa alunos universitários do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. A coleta dos dados iniciou no mês de maio de 2014, estendendo-se até junho desse mesmo ano. Nesse período, alcançou-se uma amostra total de 217 estudantes, sendo que os instrumentos que continham questões não respondidas ou erros de preenchimento foram excluídos.

O instrumento de coleta de dados foi dividido em três blocos. O primeiro visou identificar o nível de conhecimento dos estudantes em relação ao Programa Bolsa Família, totalizando dez questões desenvolvidas pelos autores com base em informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O segundo bloco de perguntas objetivou identificar a percepção dos respondentes em relação ao Programa Bolsa Família, por meio de uma escala do tipo *likert* de cinco pontos, onde 1 refere-se a “discordo totalmente” e 5 a “concordo totalmente”, mais a opção “não sei”. Para isso, foram adaptadas as questões de Castro *et al.* (2009) e Lavinias *et al.* (2012), totalizando 31 questões. Por fim, buscou-se identificar o perfil dos entrevistados por meio das questões: gênero, idade, estado civil, universidade, curso e semestre, se possuem ou não dependentes e qual o nível de renda familiar.

Concluída a etapa de coleta de dados, foi realizada a análise dos mesmos, mediante a utilização do software SPSS 17.0®. Em um primeiro momento, calculou-se a estatística descritiva dos dados com o objetivo de identificar o perfil dos respondentes, com a finalidade de avaliar a influência das variáveis socioeconômicas. Assim, para identificar a existência de diferenças significativas na percepção do Programa Bolsa Família entre os grupos, foram

realizados os testes de diferenças de média (teste *t*) e a Análise de Variância (ANOVA). Com o objetivo de verificar as diferenças de média entre dois grupos (gênero e dependência dos pais), utilizou-se o teste *t* de *Student*, utilizado para comparar a média de uma variável em um grupo com a mesma variável em outro grupo. Conforme Pestana e Gageiro (2008), com a intenção de determinar se o teste *t* é homocedástico ou heterocedástico, foi aplicado um teste para a igualdade de variâncias. Já para determinar se existe diferença de média para as variáveis com mais de dois grupos (idade e renda) aplicou-se a Análise de Variância (ANOVA), que permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos, utilizando variáveis contínuas, conforme exposto em Hair *et al.* (2010).

Na etapa seguinte, foi utilizada a técnica de análise multivariada de dados, por meio da Análise Fatorial Exploratória (AFE). Segundo Hair *et al.* (2010), a análise multivariada está relacionada com as técnicas estatísticas que analisam simultaneamente múltiplas medidas sobre o objeto de pesquisa.

A análise fatorial exploratória foi utilizada como técnica principal para definir os fatores determinantes da percepção dos estudantes em relação ao Programa Bolsa Família. Segundo Hair *et al.* (2010), a análise fatorial aborda a problemática de como analisar a estrutura de inter-relações ou covariâncias existentes entre as variáveis, definindo uma série de dimensões subjacentes comuns, os chamados fatores. Assim, a análise fatorial é uma técnica desenvolvida para sintetizar as informações por meio da combinação das variáveis, reduzindo as mesmas e obtendo os fatores.

A fim de verificar se a análise fatorial é apropriada para um determinado número de dados, foi realizada a aplicação de dois testes: o teste de esfericidade de Barlett e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Dessa forma, segundo Hair *et al.* (2010), esses testes são utilizados para indicar o grau de suscetibilidade ou ajuste dos dados à análise fatorial, ou seja, a mensuração do nível de confiança quando do tratamento dos dados por este método multivariado.

O teste de esfericidade de Barlett foi aplicado com a finalidade de avaliar se a correlação existente entre cada par de variáveis pode ser aplicada pelas demais variáveis incluídas no estudo, ou seja, se a correlação entre as variáveis é significativa, garantindo que apenas alguns fatores sejam capazes de representar grande parte da variabilidade dos dados.

Posteriormente, foi aplicado o teste de KMO, que apresenta valores normalizados entre 0 e 1, determinando a proporção da variância que as variáveis apresentam em comum ou à proporção que são oriundas de fatores comuns. Destaca-se que nessa abordagem das comunalidades, os valores iguais ou menores que 0,5 indicam que a Análise Fatorial é

insatisfatória para a explicação da correlação de cada par de variáveis pelas demais variáveis consideradas no estudo.

Embora existam vários métodos para a estimação das cargas fatoriais, dois se destacam: o método dos componentes principais e o método da máxima verossimilhança. Dessa forma, utilizou-se nesta pesquisa o método dos componentes principais para a estimação das cargas fatoriais, já que, segundo Malhotra (2011), trata-se do método mais recomendado, quando o objetivo principal do pesquisador é determinar o número mínimo de fatores que correspondem pela variância máxima dos dados.

Existe a possibilidade de encontrar tantos fatores quantas forem as variáveis pesquisadas. Contudo, geralmente, o pesquisador busca resumir/reduzir as informações contidas nas variáveis originais em um número menor de fatores. Hair *et al.* (2010) demonstra diferentes métodos para a escolha da quantidade de fatores: determinação *a priori*; autovalores; gráfico de declive; percentagem de variância; confiabilidade meio a meio; e testes de significância. Nesta pesquisa, optou-se pelo método dos autovalores superiores a um. No entanto, considerando que nem sempre os fatores escolhidos são de fácil interpretação, recorre-se à técnica de rotação dos eixos. Dessa forma, optou-se pela utilização da técnica de rotação varimax normalizado.

Com a finalidade de avaliar a confiabilidade dos fatores gerados através da Análise Fatorial, será utilizado o *Alpha* de Cronbach. Conforme Hair *et al.* (2010), a confiabilidade indica o grau de consistência interna entre os múltiplos indicadores de um fator, reportando-se à extensão na qual um mesmo instrumento de medida reproduz resultados coerentes a partir de diversas mensurações. Para o autor, o *Alpha* de Cronbach deve possuir um valor superior a 0,6 quando se trata de pesquisas exploratórias.

4. Análise e discussão dos resultados

A pesquisa compreendeu os estudantes do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, sendo a amostra final composta por 217 estudantes. A Tabela 1 apresenta as variáveis abordadas quanto ao perfil.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes através das variáveis: gênero, estado civil, idade, semestre, renda, financeiramente independente, possui dependentes e quantos dependentes

Variável	Alternativa	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	108	49,8
	Feminino	109	50,2
Estado Civil	Solteiro (a)	193	89,4
	Casado (a) /União Estável	20	9,3
	Separado (a) /Divorciado (a)	1	, 5
	Viúvo (a)	2	, 9
Idade	De 16 a 19 anos	68	31,3
	De 20 a 21 anos	64	29,5
	De 22 a 23 anos	27	12,4
	Mais 23	58	26,7
Semestre	1º	36	16,6
	2º	25	11,5
	3º	35	16,1
	4º	21	9,7
	5º	28	12,9
	6º	22	10,1
	7º	17	7,8
	8º	23	10,6
	9º	9	4,1
Renda	Até R\$ 434,00	1	, 5
	Entre R\$ 434,01 e R\$868,00	5	2,3
	Entre R\$ 868,01 e R\$1.736,00	21	9,8
	Entre R\$ 1.736,01 e R\$2.604,00	39	18,1
	Entre R\$ 2.604,01 e R\$3.472,00	41	19,1
	Entre R\$ 3.472,01 e R\$5.208,00	37	17,2
	Entre R\$ 5208,01 e R\$7.000,00	23	10,7
	Mais de R\$7.000,00	48	22,3
É financeiramente independente	Não	140	64,5
	Sim	77	35,5
Possui dependentes	Não	202	93,5
	Sim	14	6,5
Quantos dependentes	1	7	53,8
	2	4	30,8
	3	1	7,7
	4	1	7,7

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

De acordo com a Tabela 1, constata-se que pouco mais da metade dos respondentes é do gênero feminino (50,2%), solteiro (a) (89,4%), e está em sua maior parte na faixa etária dos

16 aos 19 anos. Quanto ao semestre que estão cursando, verificou-se que a maioria concentra-se entre o 1º e o 4º semestre (53,9%). Já ao analisar a renda média mensal familiar, encontra-se mais da metade dos indivíduos pertencentes à faixa de renda que varia de R\$ 1.736,00 até R\$ 5.208,00 (54,4%), sendo financeiramente dependente dos pais/responsáveis (64,5%) e não possuindo dependentes (93,5%). Após conhecer o perfil dos respondentes, buscou-se identificar o conhecimento dos indivíduos sobre o Programa Bolsa Família. As questões da escala e a frequência de respostas corretas e incorretas estão demonstradas na Tabela 2:

Tabela 2 - Percentual de erros e acertos da variável conhecimento sobre o Programa Bolsa Família

Questões	% Respostas	
	Corretas	Erradas
1. Quem tem direito a ganhar o benefício do Programa Bolsa Família?	35,9	64,1
2. Qual é o órgão responsável pela transferência dos recursos do Programa Bolsa Família?	87,6	12,4
3. Qual o Ministério responsável pelo Programa Bolsa Família?	19,4	80,6
4. Marque a única opção que NÃO corresponde a uma condicionalidade (exigência) para os beneficiários permanecerem no Programa Bolsa Família:	50,2	49,8
5. O que acontece à família quando ela descumpra as condicionalidades do Programa Bolsa Família?	40,1	59,9
6. O Programa Bolsa Família está baseado na:....?	19,4	80,6
7. Quantas pessoas são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família atualmente?	15,2	84,8
8. O Programa Bolsa Família faz parte do Fome Zero?	22,1	77,9
9. Quanto o governo gastou no ano de 2013 com o Programa Bolsa Família?	11,1	88,9
10. Qual é o valor máximo que uma família em situação de pobreza pode receber por mês do Programa Bolsa Família?	23,5	76,5

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

O conjunto de questões do fator conhecimento demonstra que, em média, os respondentes obtiveram um nível baixo de conhecimento sobre o programa, apresentando uma média de 3,24 acertos em um total máximo de 10,0, o que corrobora os estudos do Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF, 2009). A única questão que apresentou um alto nível de conhecimento (acima de 80%) foi a que diz respeito ao órgão responsável pela transferência dos recursos do Programa Bolsa Família.

Por outro lado, quatro questões apresentaram um baixo nível de conhecimento (inferior a 20%), as quais tratavam do ministério responsável pelo programa, dos princípios nos quais ele está baseado, da quantidade de pessoas beneficiadas pelo programa atualmente e do valor máximo que uma família em situação de pobreza pode receber. Esta última questão

apresentou o menor percentual de acertos (11,1%). A Tabela 3, a seguir, refere-se à frequência e ao percentual de acertos de cada questão pelos entrevistados:

Tabela 3 - Frequência e percentual de acertos nas questões referentes ao conhecimento sobre o Programa Bolsa Família

Conhecimento total		
Acertos	Frequência	Percentual
0	4	1,8
1	24	11,1
2	47	21,7
3	47	21,7
4	52	24,0
5	28	12,9
6	8	3,7
7	7	3,2
Média	3,24	
Desvio-Padrão	1,54	

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

No que tange ao conhecimento total dos indivíduos sobre o Programa Bolsa Família, nota-se que a grande maioria dos estudantes acertou entre 0 e 3 questões (56,3%), sendo que quase a metade dos indivíduos (43,4%) acertou 2 ou 3 questões. Ainda, o número máximo de acertos foi de 7 questões, representando um percentual de 3,2% da amostra. Ressalta-se o fato de que nenhum dos entrevistados acertou mais de 7 questões, indicando que os universitários do Curso de Administração da UFSM possuem um baixo nível de conhecimento sobre o Programa Bolsa Família.

Posteriormente à identificação do nível de conhecimento dos universitários no que tange ao Programa Bolsa Família, buscou-se determinar os fatores que compõem a percepção que os mesmos possuem do programa. A Tabela 4 apresenta os resultados dos fatores e das cargas fatoriais obtidos através da análise fatorial exploratória.

Tabela 1 - Variáveis e carga fatorial dos oito fatores resultantes da AFE

Descrição	Carga Fatorial
Fator 1 – Benefícios	
29. O Programa Bolsa Família ajuda a melhorar a saúde das gestantes.	0,860
27. O Programa Bolsa Família ajuda a melhorar a saúde das crianças.	0,847
28. O Programa Bolsa Família ajuda a combater o trabalho infantil.	0,793
30. O Programa Bolsa Família ajuda a combater a pobreza no Brasil.	0,589
25. O Programa Bolsa Família é bom para melhorar a vida de toda a população brasileira.	0,473
14. O Programa Bolsa Família não tira ninguém da pobreza.	-0,396
Fator 2 – Adequação	
36. Os critérios pra concessão dos benefícios são adequados.	0,822
37. As condicionalidades para se manter no programa são adequadas.	0,795
35. Os beneficiários utilizam adequadamente os recursos do Programa Bolsa Família.	0,633
24. O Programa Bolsa Família inclui pessoas que não precisam.	-0,478
Fator 3 – Consumo	
33. O Programa Bolsa Família possibilita a compra de mais roupas, calçados e objetos de uso pessoal.	0,841
32. O Programa Bolsa Família possibilita a compra de mais coisas para casa.	0,801
34. O Programa Bolsa Família possibilita a compra de mais material escolar.	0,675
31. O Programa Bolsa Família possibilita a compra de mais alimentos.	0,514
Fator 4 – Dependência	
12. O governo deve manter o valor do Bolsa Família baixo para as famílias não se tornarem dependentes.	0,753
23. Tem gente que permanece pobre porque não corre atrás de trabalho.	0,627
Fator 5 – Ampliação	
38. Os valores distribuídos aos beneficiários deveriam aumentar.	0,690
39. O programa deveria atender um maior número de beneficiários.	0,632
18. Pobres devem ser ajudados por entidades privadas (não governamentais), tais como igrejas, famílias, ONGs, empresas, etc.	0,561
Fator 6 – Intervenção	
16. O governo não deve intervir para reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, pois é natural que elas existam.	0,622
19. A distribuição de renda e riqueza do país melhorou e não é mais preocupante.	0,604
17. Os pobres são os principais responsáveis pelo seu próprio bem-estar.	0,565
40. Existem famílias que precisariam receber, mas ainda não são beneficiadas.	-0,473
Fator 7 – Pobres e Vulneráveis	
21. Os benefícios monetários do governo devem destinar-se somente aos mais pobres e vulneráveis.	0,844
22. O governo só deve oferecer educação e saúde de graça para os mais pobres e vulneráveis.	0,617
Fator 8 – Distribuição	
15. Os benefícios do Bolsa Família devem destinar-se somente às famílias pobres ou em extrema pobreza.	0,763
41. Existem pessoas que estão recebendo o Bolsa Família, mas não teriam necessidade de	0,549

receber.	
13. Devem ser mantidas as ações do governo de dar aos pobres o benefício do Bolsa Família e aos ricos dar o desconto no imposto de renda para os gastos com educação e saúde.	0,513

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

O primeiro fator, formado por 6 questões, faz referência às melhorias que o Programa Bolsa Família pode proporcionar à vida dos beneficiários. Dessa forma, o fator é designado como “Benefícios”. O segundo fator, nomeado “Adequação”, é composto por 4 questões que dizem respeito à maneira como o programa é administrado tanto pelo governo, com relação aos critérios de concessão do benefício e às condicionalidades impostas, quanto pelos beneficiários, no que concerne ao controle dos gastos do benefício. O terceiro fator identificado trata das possibilidades de aquisição que as pessoas passam a ter no momento em que são favorecidas pelo Programa Bolsa Família. Por conseguinte, este fator é intitulado “Consumo” e possui 4 questões. O quarto fator, denominado “Dependência”, é formado por 2 questões cujo assunto trata do quão acomodadas as pessoas se tornam no momento em que recebem este auxílio do governo.

O quinto fator, formado por 3 questões, trata-se da abrangência do Programa Bolsa Família, com relação à possibilidade de aumento do valor do benefício, assim como o atendimento de um maior número de pessoas, além de uma maior ajuda não só do Governo Federal, mas de outras entidades. Esse fator é chamado de “Ampliação”. O sexto fator, denominado “Intervenção”, possui 4 questões, nas quais são abordados assuntos referentes à intervenção do governo para reduzir a desigualdade entre ricos e pobres, a melhora na distribuição de renda no passar dos anos, a responsabilidade dos pobres pela situação em que se encontram e o número de pessoas que não são favorecidas pelo benefício mesmo estando em necessidade.

O sétimo fator, nomeado “Pobres e Vulneráveis”, refere-se às prioridades que o governo deve dar às pessoas mais pobres em detrimento às demais. O fator citado anteriormente possui 2 questões. Por fim, o oitavo fator, designado “Distribuição”, engloba três questões e diz respeito à política de distribuição do Programa Bolsa Família pelo Governo Federal, e como o mesmo equilibra essa distribuição com descontos no imposto de renda para os ricos.

Assim, após a identificação dos fatores mediante a análise fatorial exploratória, formou-se os fatores por meio da média das respostas de cada entrevistado nas questões formadoras do fator. Por exemplo, o fator “Benefícios” foi computado pela média das respostas das questões 14, 25, 27, 28, 29 e 30 de cada entrevistado. No entanto, ao testar a confiabilidade das escalas, através do *Alfa* de *Cronbach*, identificou-se que quatro dos oito fatores não apresentaram valores satisfatórios, ou seja, valores superiores a 0,6 (HAIR *et al.*, 2010). Por esse motivo, foram considerados para análise apenas os quatro fatores com níveis adequados de

confiabilidade. A partir destes, buscou-se verificar a percepção dos universitários em relação a cada uma das dimensões mediante o cálculo da média, mediana e desvio padrão (Tabela 5).

Tabela 2 - Estatística descritiva e *Alpha de Cronbach* dos fatores

Fatores	Variáveis	Alfa de Cronbach	Média	Mediana	Desvio Padrão
Benefícios	14, 25, 27, 28, 29 e 30	0,849	2,89	3,00	0,85
Adequação	24, 35, 36 e 37	0,785	2,18	2,00	0,72
Consumo	31, 32, 33 e 34	0,829	3,51	3,75	0,75
Ampliação	38 e 39	0,690	2,44	2,50	0,93

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

Considerando que as escalas utilizadas para mensurar os fatores variavam de 1 a 5, onde 1 indica discordância total e 5 indica concordância total, observou-se que os estudantes apresentaram percepções diversas em relação a cada fator, visto que as médias apresentaram valores entre 2,18 e 3,51 e as medianas compreendem valores entre 2 e 3,75.

O construto mais bem avaliado foi “Consumo” (3,51), indicando que os estudantes acreditam que o Programa Bolsa Família possibilita aos beneficiários o aumento do consumo. Tal resultado condiz com a realidade observada por Neri, Vaz e Souza (2013), ao constatarem que o maior efeito do PBF foi sobre o consumo final das famílias. Este resultado também confirma os achados de Castro *et al.*(2009), os quais indicam que o aumento de consumo mais frequentemente percebido foi a compra de mais alimentos (79%) e de material escolar (75%). Os itens sobre a aquisição de mais artigos de uso pessoal e de mais utensílios para o lar foram assinalados por aproximadamente 60% dos entrevistados.

Os universitários se mostraram indiferentes ao fator “Benefícios” (2,89), o que indica que eles são indiferentes aos possíveis benefícios que o Programa Bolsa Família apresenta. Esse resultado se opõe ao encontrado por Castro *et al* (2009), ao evidenciar que 68% dos entrevistados concordam que o Programa Bolsa Família ajudar a melhorar a vida das famílias beneficiadas. Ancochea e Mattei (2011) e Hunter e Sugiyama (2009) também mostram que há uma contribuição positiva do PBF para a redução da pobreza e da desigualdade no curto prazo.

Os estudantes avaliaram negativamente os fatores Ampliação (2,44) e Adequação (2,18), associando suas respostas ao ponto 2 da escala (discordo). Tal constatação indica que os entrevistados discordam quanto à ampliação do Programa Bolsa Família e consideram que os recursos do programa são geridos indevidamente, tanto pelo Governo Federal quanto pelas famílias beneficiárias. Este resultado endossa o que evidenciou a pesquisa de Castro *et al.* (2009), onde mais da metade dos entrevistados concordou com as afirmações de que o PBF

“inclui pessoas que não precisam”, “faz as pessoas se acomodarem” e “faz as pessoas quererem ter mais filhos”. Posteriormente, buscou-se identificar se tais percepções apresentadas diferem quanto ao grupo socioeconômico ao qual o indivíduo pertence (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Teste *t* de Student para os fatores

Variáveis	Benefícios		Adequação		Consumo		Ampliação	
	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.
Gênero	1,714	0,088	-0,939	0,349	0,775	0,439	-0,788	0,431
Dependência dos pais	-0,596	0,552	0,556	0,579	0,773	0,441	-0,439	0,661

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

Evidencia-se que nenhuma das variáveis apresentou diferença média na percepção quanto ao Programa Bolsa Família. Concluindo-se que o universitário pertencer ao gênero masculino ou feminino e, ainda, ser dependente ou não de seus pais, não impacta significativamente na sua percepção quanto ao PBF.

Tabela 3 - Teste de Homogeneidade da Variância e teste F de Welch

Fator	Variável	Homogeneidade da Variância		Teste F	
		Valor	Sig.	Valor	Sig.
Benefícios	Idade	1,248	0,293	0,914	0,435
Adequação		0,362	0,781	0,405	0,749
Consumo*		3,097	0,028	0,472	0,702
Ampliação		1,391	0,247	0,522	0,668
Benefícios	Renda	0,717	0,543	1,968	0,120
Adequação		0,885	0,450	0,479	0,697
Consumo		1,098	0,351	0,110	0,954
Ampliação*		3,557	0,015	5,214	0,002

*Teste razão F de Welch.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

Já ao analisar as variáveis com mais de dois grupos (idade e renda), o teste de homogeneidade da variância não foi significativo para a maioria dos fatores observados, exibindo que os dados não possuem variância heterogênea. No entanto, o fator consumo e o fator ampliação das variáveis idade e renda, respectivamente, apresentam homogeneidade de variância significativa, demonstrando que esses fatores possuem variância heterogênea. Já o fator “Ampliação” é o único a exibir diferença de média significativa no teste F de Welch para a percepção em relação à renda (valor 5,214; sig. 0,002).

No entanto, para demonstrar as diferenças evidenciadas entre as faixas de renda familiar, realizou-se o Teste *Post-Hoc* de Games-Howell e evidenciou-se que os entrevistados que possuem nível de renda entre R\$ 434,00 e R\$ 2.604,00 possuem uma melhor percepção em

relação ao Programa Bolsa Família, quando comparados aos entrevistados que possuem renda superior a R\$ 5.208,01 (diferença de média = 0,6457; sig.= 0,001). Esta variável possui uma tendência linear ($F= 6,727$; sig.= 0,010), ou seja, conforme aumenta o nível de renda familiar dos indivíduos, pioram as suas percepções acerca do Programa Bolsa Família.

Considerações finais

O Programa Bolsa Família tem sido, na última década, de suma relevância para as famílias mais pobres do país, pois tem colaborado para que as mesmas possam complementar sua renda e possuir recursos para alimentação, além de acesso à saúde e às escolas, dadas as condicionalidades. Porém, parte da sociedade desconhece as particularidades e objetivos do programa, o que leva, muitas vezes, a uma visão inadequada do mesmo. Diante disso, o estudo buscou investigar o nível de conhecimento, a percepção e a influência das variáveis socioeconômicas em relação à percepção dos universitários sobre o programa. Para isso, baseou-se em uma investigação com 217 estudantes do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria.

Os testes descritivos evidenciam que os estudantes universitários têm menor conhecimento sobre questões mais específicas do programa: a maioria acertou menos da metade das questões propostas, demonstrando a falta de conhecimento por parte dos mesmos. Em relação à percepção, os universitários avaliaram de forma mais positiva o fato de que o Programa Bolsa Família possibilita aos beneficiários o aumento do consumo, além de discordarem quanto à ampliação do programa, já que consideram que os recursos não alcançam os objetivos propostos. Os testes evidenciaram ainda que, conforme aumenta o nível de renda familiar dos indivíduos, pioram as suas percepções acerca do Programa Bolsa Família.

Dentre as contribuições da pesquisa, destaca-se uma maior compreensão da maneira com que os estudantes percebem o PBF e o conhecimento que eles possuem sobre o assunto, pois muitas pessoas têm uma percepção negativa sem conhecer o tema. Como limitação ao desenvolvimento do trabalho, destaca-se o levantamento apenas de estudantes de um curso e uma universidade, o que pode deixar a amostra muito homogênea. Assim, sugere-se que sejam feitos estudos futuros com estudantes universitários de outras instituições e cursos, podendo realizar-se comparações futuras. Além de pesquisas com a população em geral, levando a uma visão mais abrangente sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCOCHEA, D. S.; MATTEI, L. Bolsa Família, poverty and inequality: Political and economic effects in the short and long run. **Global Social Policy**, v. 11, n. 2, p. 299-318, 2011.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. Dimensões do Desemprego e da Pobreza no Brasil. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 119-135, 2008.

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência e renda. **Novos estudos - CEBRAP**. 2010, n. 87, pp. 115-129.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Condicionalidades**, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/gestao-das-condicionalidades.pdf/view>>. Acesso em: 23/09/2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família – 2ª Rodada**. Brasília, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caixa – Bolsa Família**, 2014. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/index.asp>. Acesso em: 15/04/2014.

CAMPELLO, T. “Uma década derrubando mitos e superando expectativas”. In: Campello, T.; NERI, M. C.(Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 15-24, 2013. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/WEB_Programa-Bolsa-Familia-2.pdf>. Acesso em: 15/04/2014.

CASTRO, H. C. O. *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS, J. M. F. **Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2009.

DATA SOCIAL. **Quantidade de famílias beneficiárias e valores de repasses do Programa Bolsa Família (PBF)**, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/METRO/metro.php?p_id=4>. Acesso em 20/03/2014.

DATA UFF. **Estudos de Caso sobre Controle Social do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Estudos%20de%20Caso%20sobre%20Controle%20Social%20do%20Programa%20Bolsa%20Familia.pdf>>. Acesso em: 15/04/2014.

GRISOTI, M., GELINSKI, C. R. O. G. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. **Revista Katal Florianópolis**, v. 13, n. 2, p. 210-219, 2010.

GUJARATI, D.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HAIR, J. R.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Multivariate Data Analyses**. 7 ed. New Jersey: Pearson, 2010.

HUNTER, W.; SUGIYAMA, N. B. Democracy and Social Policy in Brazil: Advancing Basic Needs, Preserving Privileged Interests. **Latin American Politics and Society**, v. 51, n. 2, p. 29-58, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em 19/05/2014.

LAVINAS, L. *et al.* **Medindo o grau de aversão à desigualdade da população brasileira**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012 (Relatório Técnico Final). Mimeografado.

MAGALHÃES, R. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, nº 13, 2001.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. 2008. UFPR – Departamento de Teoria e Prática de Ensino. Disponível em:
<<file:///C:/Users/Luana/Downloads/PER CEP%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em 19/05/2014.

MARQUES, R. M. *et al.* O programa Bolsa Família: para além do assistencialismo? **Ensaios FEE**, v. 31, n.1, p. 259-282, Porto Alegre, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS, 2011a). **Bolsa Família ajusta foco na proteção à criança e cria opção de retorno para quem se desligar do programa**. Sala de Imprensa, set. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/setembro/bolsa-familia-ajusta-foco-na-protecao-a-crianca-e-cria-opcao-de-retorno-para-quem-se-desligar-do-programa>>. Acesso em: 05/04/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (MDS, 2014). **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 06/06/2014.

_____. (MDS, 2011b). **MDS começa a pagar Benefício Nutriz a mais de 69 mil beneficiárias**. Sala de Imprensa, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/novembro/mds-comeca-a-pagar-beneficio-nutriz-a-mais-de-69-mil-beneficiarias>>. Acesso em: 06/04/2014.

_____. (MDS, 2014). **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 06/06/2014.

MONTEIRO, D. A. A. **Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

MONTE-MÓR, R. L. What is the urban in the contemporary world? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS**. 5 ed, Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

RÜCKERT, I. N.; RABELO, M. M. “O Programa Bolsa Família no Brasil e no Rio Grande do Sul”. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 83-98, 2013.

SANTANA, J. Á. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**, Belo Horizonte, Brasil, 2007.

SANTOS, L.M.P. *et al.* Avaliação do Programa Bolsa Família em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e cumprimento das condicionalidades de saúde. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 5, n. 4, p. 139-165, 2011.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, A. P. **Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa Família**. 2011. Disponível em: <www.eesp.fgv.br>. Acesso em: 20 maio 2014.

TRINDADE JR., O. C. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família no município de Uruguaiana/RS**. 2011. 77 f. Monografia (Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.